
PLANO NACIONAL DE GRADUAÇÃO

PNG - 2022

PLANO NACIONAL DE GRADUAÇÃO

Organização:

- Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB

Apoio:

- Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas – ABIEE
- Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC
- Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais-ABRUEM
- Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE
- Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – ANEC
- Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP
- Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG
- Fórum das Faculdades Comunitárias – FORCOM

Coordenação do GT:

- Prof. Dr. Waldemiro Gremski – Ex-reitor da PUCPR e vice-presidente do CRUB.
- Prof. Dra. Cássia Ferri – Universidade Regional de Blumenau – FURB

Relatoria Versão Zero:

- Prof. Dra. Cássia Ferri – Universidade Regional de Blumenau – FURB
- Prof. Dr. Hélio Pereira Lima – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP
- Prof. Dr. Leo Lynce Valle de Lacerda – Associação Sergey Prokofieff
- Prof. Dr. Lúcio José Dutra Lord – Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
- Prof. Dra. Sissi Kawai Marcos – Ex-reitora da UNIFEB e ex-diretora do CRUB

Colaboração Versão Zero:

- Prof. Dr. Adilson Oliveira – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
- Prof. Dr. Márcio Antônio Fiori – Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ
- Prof. Dr. Paulo Moacir Godoy Pozzebon – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas
- Prof. Dr. Rafael Ângelo Bunhi Pinto – Universidade de Sorocaba – UNISO

Relatoria Versão Um:

- Prof. Dra. Cássia Ferri – Universidade Regional de Blumenau – FURB
- Secretário José Carlos Aguilera – Secretaria Executiva do CRUB
- Dr. Lúcio José Dutra Lord – Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
- Dra. Sissi Kawai Marcos – Ex-reitora da UNIFEB e ex-diretora do CRUB
- Telma Moretti – Gabinete CRUB
- Dr. Waldemiro Gremski – Reitor da PUCPR e presidente do CRUB.

Colaboração Versão Um:

Convidados dos Ciclos de Debates (em ordem de participação)

- Prof. Dr. Fábio José Garcia dos Reis – Coordenador de Inovação e Redes do SEMESP
- Prof. Dr. Vidal Martins – Vice-reitor PUCPR
- Prof. Dr. Simon Schwartzman – Pesquisador associado do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG)
- Prof. Dr. Luiz Roberto Liza Curi – CNE/ Conselheiro da Câmara de Educação Superior
- Prof. Dra. Adriana Justin Cerveira Kampff – PUCRS
- Prof. Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins – Consultor Legislativo – Câmara dos Deputados
- Prof. Dr. João Otávio Bastos Junqueira – Ex-presidente da Abruc e ex-reitor da Unifeob
- Prof. Dr. Rodrigo Bruno Zanin – Presidente da Abruem e reitor da UNEMAT
- Prof. Me. Elizabeth Guedes – Presidente ANUP
- Prof. Dra. Maria Inês Fini – Presidente da ANEBHI, ex-presidente do INEP
- Prof. Dra. Claudia Maffini Griboski – Diretora Executiva do CEBRASPE
- Prof. Dr. Jorge Audy Luis Nicolas – Superintendente de Inovação e Desenvolvimento da PUCRS e do Tecnopuc
- Prof. Me. Gianna Sagazio – Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria – CNI

- Prof. Dr. Assis Leão Silva – vice-presidente do FORGRAD e Pró-Reitor de Ensino no IFP
- Prof^a Dra. Shirley Grazieli da Silva Nascimento – Coordenadora do FORGRAD Região Sul e Pró-Reitora de Ensino de Graduação na Unipampa
- Prof. Dr. Dilnei Giseli Lorenzi – Coordenador do FORGRAD Região Sudeste e Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade São Francisco
- Prof. Dra. Maria Jose de Jesus Alves Cordeiro – Representante das Universidades Públicas Municipais e Estaduais

APRESENTAÇÃO

É inadiável o país rediscutir o seu ensino superior em todos os níveis e áreas que o compõem. O Sistema de Ensino Superior, que inspira atualmente a maior parte das instituições de educação superior em funcionamento no país, já não responde às atuais demandas e necessidades da sociedade, não cabendo mais, em tempos totalmente permeados por tecnologias em evolução exponencial, abrangentes e com impacto em todas as áreas, manter as Instituições de Ensino Superior (IES) organizadas administrativa e academicamente baseando-se no modelo industrial do século 20. Nossas IES precisam de um processo de evolução, uma vez que, conforme relatório do McKinsey Global Institute (MANYIKA et al., 2017), apenas nos Estados Unidos, a automação poderá eliminar mais de 70 milhões de empregos até 2030.

Nós, que somos corresponsáveis pela educação superior em nosso país e que somos instados e instadas a pensar em atualizações tão necessárias para nossas IES, temos alguns grandes desafios, entre muitos outros: como alinhar as instituições de educação para um mundo automatizado onde a relação humana com as máquinas se avoluma a cada dia, onde novas tecnologias e seus termos, como inteligência artificial, internet das coisas, big data, algoritmos, robótica, entre outras, se difundem de maneira exponencial? E como entender e assimilar tudo isso sem desconsiderar e descartar a base que deve palmilhar a universidade: formação cidadã, ética e social; ensino e pesquisa de impacto; e relação com a sociedade? Esta presente proposta ou manifesto tem o propósito de refletir sobre esses e outros pontos com a intenção de, sucintamente, nas próximas páginas, instigar o pensamento crítico sobre tais necessidades urgentes de nossos dias e dos dias vindouros.

Iniciando pela reflexão sobre como se deram os séculos 19 e 20, o que se observa em grande parte é que o ensino superior brasileiro ainda não se libertou de um mundo que foi previsível, lento e com a tecnologia bastante rudimentar: o mundo dos séculos 19 e 20, mundo onde imperava a hierarquia, planejamento top down, normas estritas, onde as pessoas abriam mão da sua individualidade por exigência do sistema educacional de

então, que se inspirava justamente nas dinâmicas sociais e tecnológicas que vigoravam. Nele, instituições de ensino com o professor atuando como o único protagonista na sala de aula, transmitindo saberes prontos e repetitivos, com o aluno passivo, professor e o livro como únicas fontes de saber, ausência de interdisciplinaridade e universidade hierarquizada, burocrática e estacionada há décadas, são predominantes (FREIRE, 1987, 2009).

Não foi à toa que Pedro Demo, já em 2000, escreveu que “é condição primária desconstruir a imagem de aluno [...] como sendo alguém subalterno, tendente a ignorante, que comparece para escutar, tomar nota, engolir ensinamentos, fazer provas e passar de ano”. É difícil aceitar que, na terceira década do século 21, o alerta do Prof. Pedro Demo esteja vigendo em grande parte das salas de aula no Brasil, quando ainda esperamos e ansiamos por soluções, leis, regulações e ordens emergentes de palácios e cabeças iluminadas. Pois bem, apesar do modelo do sistema universitário continuar ainda respondendo a muitas demandas e instituições, apoiando-se ainda numa reforma universitária de 1968 (MARTINS, 2009), este mundo acabou: acabou com o século 20.

É muito claro que o dia a dia ao nosso redor testemunha uma nova realidade. O mundo previsível do século 20 foi tomado e substituído pelo mundo imprevisível, um mundo complexo, fora do controle, instável e com velocidade exponencial, que pode ser definido tanto como um mundo VUCA (BRANCHI; DA SILVA CARRASCO, 2019), acrônimo que, traduzido ao português, significa volátil, incerto, complexo, ambíguo ou mais atual; quanto, também, um mundo BANI (CASCIO, 2022) – acrônimo que, também traduzido ao português, significa frágil, ansioso, não linear e incompreensível. Glauco Arbix (2000) faz uma leitura de nossos tempos, repletos dessa dinâmica VUCA-BANI, entendendo que “o que distingue a época atual é que vivemos o nascimento de uma constelação de tecnologias que prenuncia a remodelagem da vida das pessoas, das economias, das cidades e do trabalho em níveis inéditos na história da humanidade”, apontando que estamos num momento de inflexão na história: muito mais que uma era de mudanças, vivemos a profundidade de uma mudança de era.

E, com um avanço tecnológico cada dia mais disruptivo, poderoso, disponível e veloz, estando as pessoas conectadas e com acesso a todo tipo de conhecimento e

informações, com custo reduzido ou gratuito onde estiver, temos, teoricamente, pessoas com um potencial de autonomia na tomada de sua decisão. Mediante tais mudanças da vivência das pessoas, as instituições devem aprender a lidar com este novo cenário, com estas novas pessoas, que estão mais conectadas, com uma nova forma de liberdade, mais bem informadas e potencialmente críticas, participantes deste mundo que conta com todo um novo sistema socio-tecnológico.

É o caso do Sistema Nacional de Educação Superior – hoje um novo sistema, 4.0, centrado nos estudantes e não nas instituições. São estruturas que já existem há muito nos diferentes níveis da sociedade, não universitários. O grande desafio que consideramos é formar e preparar o nosso estudante para este mundo tão desafiador cuja evolução tecnológica exponencial revela uma imprescindível continuidade de sua formação para muito depois, temporalmente, dos seus aprendizados em nossas IES, e mesmo ainda em nossas instituições, em práticas que necessitam ir para muito além dos muros de nossas IES.

Diante de tudo aquilo que foi colocado até agora, a pergunta que não cala é: **como formar profissionais competentes e cidadãos solidários capazes de enfrentar com naturalidade mudanças disruptivas frequentes e capazes de solucionar, futuramente, desafios complexos que são desconhecidos no momento da sua formação e que exigirão o uso de tecnologias ainda indisponíveis?**

Esta é a realidade e ignorá-la significa retrocesso ou, pelo menos, significativa perda de sustentabilidade, podendo levar até a um desaparecimento completo de modelos, de profissões, estruturas diversas e tantas coisas mais. Exemplos dessa realidade são abundantes. Milhares. Por isso entendamos o recado que a própria realidade nos dá. E entendamos e leiamos no horizonte o sinal dos tempos: “as mudanças são tão profundas que, na perspectiva da história humana, nunca houve um momento tão potencialmente promissor ou perigoso”, como diz Klaus Schwabb (2016) fundador do Fórum Econômico Mundial.

Diante de todas essas realidades, entendemos que é inadiável propor um **Plano Nacional de Graduação** que se adeque à realidade digital, socio-tecnológica, decorrente da revolução 4.0 que vivemos no século 21, respondendo às demandas e à realidade do

país. Não há solução fora de um documento que pense a educação superior na realidade que merece, diante do que foi dito. E quanto a respostas para as perguntas que fomos fazendo ao longo do texto, não há uma forma de respondê-las de maneira simples e pontual aqui. Somente com um planejamento delicado e responsável da educação superior é que podemos construir possibilidades para os desafios que temos e que se multiplicarão. Nas próximas páginas vamos seguir apresentando reflexões, inquietações, propostas e convites para pensarmos juntas e juntos. As difíceis questões foram nossos guias sensíveis e severos no trabalho socio-intelectual de elaboração do plano que segue. Eventualmente voltarão texto afora e, sem dúvida, nos acompanharão por muito tempo no trabalho de nossas instituições frente aos desafios que nos inquietam.

Prof. Dr. Waldemiro Gremski
Reitor da PUCPR de 2014 a 2021
Presidente do CRUB de 2019 a 2021
Vice-presidente do CRUB de 2021 a 2023

INTRODUÇÃO

Instituído pelo Fórum dos Presidentes das Instituições que compõem o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), o Grupo de Trabalho do Plano Nacional de Graduação (GT/PNG) iniciou suas atividades em abril de 2021 com o objetivo de sistematizar uma proposta de Plano Nacional para a Graduação (PNG). No início dos trabalhos de elaboração deste texto, em sua versão preliminar, fomos confrontados com diversos questionamentos e especialmente um, já expresso na seção anterior, de Apresentação, e que retomamos aqui: **como formar profissionais competentes e cidadãos solidários capazes de enfrentar com naturalidade mudanças disruptivas frequentes e capazes de solucionar, futuramente, desafios complexos que são desconhecidos no momento da sua formação e que exigirão o uso de tecnologias ainda indisponíveis?**

Buscar possíveis respostas a esse questionamento exigiu do grupo de trabalho reflexões sobre os significados que atribuímos a conceitos básicos como educação, educação superior, ensino, aprendizagem, estudantes universitários, engajamento, avaliação, regulação, financiamento, entre outros, assim como o modo de constituirlos em efetiva política para o país. Tais discussões ocorreram em reuniões semanais nos meses de maio e foram sistematizadas em junho, quando, então, foram apresentadas de forma sintética na Assembleia do CRUB do dia 30 de junho de 2021. Um primeiro texto, denominado de “versão zero”, foi elaborado e compreendido pelos participantes deste GT como ponto de partida para um conjunto de discussões e debates que ocorreria no segundo semestre de 2021, com o objetivo de ampliar compreensões, contextualizá-las nos tempos atuais para, em seguida, fazer proposições para uma primeira versão do PNG, que materializou-se no presente texto.

De fato, a construção desta segunda versão do texto resultou das contribuições coletivas que se deram no Ciclo de Debates do PNG, proposto e realizado no período de 31 de agosto a 30 de novembro de 2021, de forma virtual e contando com a participação de convidados, expositores e debatedores, além de representantes de diversas instituições públicas, comunitárias e privadas e, especialmente, do Fórum de Presidentes das Associações que compõem o CRUB.

No total, tivemos 561 participações registradas em dez encontros realizados, sendo uma média de participação de 56 pessoas por encontro. Quanto ao funcionamento, em

cada um dos encontros do Ciclo de Debates uma temática foi privilegiada para discussões e reflexões. Desta forma, convidados e convidadas faziam exposições de, aproximadamente, 20 a 30 min, tendo na sequência um debate com os membros do GT/PNG e com o público presente, seja por meio de perguntas orais ou de participações no chat do software de videoconferências.

As temáticas, destacadas da “versão zero” do documento, foram acrescidas e ampliadas à medida que os debates ganharam densidade e necessidade de aprofundamento. Com as contribuições advindas desses debates é que apresentamos às Associações que compõem o CRUB e todas as demais IES, bem como à sociedade em geral, as reflexões e proposições para a graduação do país. Partimos da conjuntura atual e consideramos os desafios que nos são apresentados hoje, mas o texto é, sobretudo, um convite para mudanças que desde já passam a interferir profundamente na educação superior, tornando-a impulsionadora para uma sociedade mais justa, para uma economia sólida e para o papel que o Brasil deve desempenhar nas próximas décadas na América do Sul e no mundo.

É importante salientar também que não pretendemos, neste texto, esgotar todos os aspectos importantes e necessários para esse debate, nem responder todos os questionamentos já apresentados. Nosso intuito foi trazer ao texto apenas os pontos que consideramos fundamentais para a compreensão das proposições feitas. Muitos outros dados, informações e documentos podem e devem ser consultados para complementar estas reflexões.

Com o conhecimento até esta etapa sintetizado e refletido, passamos a defender que as mudanças desejadas para o Brasil dependem das transformações na educação superior, da formação de professores desde a alfabetização até as engenharias robóticas, passando por todos os cursos atuais e vindouros de graduação.

1. A GRADUAÇÃO EM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÃO

É indiscutível que os tempos atuais trazem desafios cada vez mais crescentes e complexos em todos os espaços sociais e especialmente às instituições voltadas à formação de pessoas. Dos chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), preconizados e sustentados pela Organização das Nações Unidas (ONU), às práticas de múltiplas organizações e instituições, é de comum compreensão que tem se tornado imprescindível que a atuação cidadã e profissional se preocupe com a coexistência entre humanos e ambiente, desenvolvendo ações no presente que garantam a vida com mais qualidade no futuro.

Atuar frente aos complexos e diversos cenários tem exigido e desafiado a formação na educação superior a dominar e democratizar o acesso às novas tecnologias e a dar respostas eficazes aos problemas sociais. Diversas competências, num leque que vai das digitais às chamadas de socioemocionais, são requeridas para a formação de pessoas que possam “aprender a aprender” em ambientes que inspiram inovação, criatividade, flexibilidade, colaboração e pensamento crítico.

Nesse contexto, para além da formação que mobilize e amplie o repertório dos estudantes para processos de produção tecnológica, apropriação e produção de novos conhecimentos e condução de mudanças na sociedade para melhorar a qualidade de vida da sua população, à educação superior são atribuídas novas funções ligadas à justiça social, à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento humano. Esses aspectos colocam o tema da educação superior na agenda global, demandando políticas públicas efetivas resultantes de planejamento e direcionadas para o alcance de objetivos que estão além das questões mais imediatas, de caráter instrumental, porque dizem respeito às estratégias necessárias e urgentes para que um país esteja à altura de participar do desenvolvimento global.

Não obstante os desafios de um mundo globalizado, no qual o conhecimento e a inovação são as moedas correntes mais valorizadas do momento, no Brasil, parte das discussões sobre a política de graduação relacionam-se às necessidades contextuais imediatas como o currículo, a oferta, o acesso, a permanência ou evasão escolar e o sucesso das aprendizagens. Existem, ainda, as limitações colocadas pelo histórico de modelos de regulação, de distanciamento entre os níveis de ensino básico e superior, das culturas institucionais e da recente expansão da oferta de vagas. Nesse sentido, a

educação superior, que deveria estar na linha de frente para dar respostas aos desafios da inovação, formando pessoas para atuarem no mundo em transformação, vê-se limitada em suas possibilidades de contribuir com o desenvolvimento do país. É por isso que ressaltamos textualmente outra vez: faz-se urgente que o PNG ganhe forma e força para levar adiante as transformações necessárias, construindo novos caminhos e permitindo novos horizontes. Entre os questionamentos que o PNG deve responder, elencamos:

- Como formar um profissional comprometido com os processos de inovação e que tenha suas bases consolidadas em aspectos éticos e humanos?
- Qual o papel da instituição de educação superior na formação dos seus estudantes e como sua organização e funcionamento impactam nessa formação?
- Como fazer avaliação da qualidade da formação de graduação sem estabelecer vínculo direto com a regulação de procedimentos administrativos?
- De que forma as ies podem, efetivamente, apoiar a educação básica para diminuir o fosso entre o ensino médio e a graduação?
- Como engajar os docentes do ensino superior nesse processo de mudança da graduação?

Não há questões fáceis e, menos ainda, respostas prontas advindas do passado, isso porque, como já problematizado na apresentação deste documento, a velocidade das mudanças nos âmbitos do conhecimento e da tecnologia acelera tanto o compasso da inovação quanto a obsolescência do que ficou para trás. Muito mais profunda que a 3ª Revolução Industrial, que se alavancou na informatização, a Revolução Digital, ou 4ª Revolução Industrial, apoia-se na adoção da inteligência artificial. Seu potencial disruptivo tem provocado transformações em todos os setores da atividade econômica e na cultura como um todo, seja na vida social, na vida política e, obviamente, na educação em si, provocando fortes mudanças em todos os níveis, formas e modelos, impactando diretamente sobre a educação superior.

No caso da educação superior brasileira, o avanço dessa revolução traz importantes fatores de risco. Vejamos:

- 1.1 A profissionalização não passa necessariamente pela graduação. No Brasil, a educação superior é vista, equivocadamente, apenas como instância

profissionalizante em decorrência do elevado valor econômico agregado pelo diploma de nível superior. Entretanto, em diversas áreas, o diploma de graduação não representa requisito para atuação profissional e esta formação é muitas vezes substituída por capacitações técnicas realizadas por empresas e corporações. Os exemplos são mais claros na área da informática. Grandes corporações, há muito tempo, treinam seus profissionais para atuarem com seus softwares. Diversas áreas experimentam a mesma tendência. Por conseguinte, considerar a educação superior apenas como profissionalização gera a tendência de reduzir a sua finalidade à de uma simples outorgadora de diplomas;

- 1.2 Atores de vários tipos ameaçam a educação superior tradicional: organizações político-empresariais que pretendem eliminar a necessidade de graus universitários, desindustrialização, mega organizações comerciais multinacionais com poder para impor tecnologias ao mercado;
- 1.3 A maior parte das ies oferta um ensino fortemente voltado para o modelo anterior ao da industrialização, e para profissões protegidas pela lei. Há necessidade de se adaptar às novas configurações econômicas e às novas formas de organização do trabalho;
- 1.4 A ampliação e complexificação do conhecimento criam desafios crescentes para as ies se manterem capazes de produzir conhecimentos, tecnologia e invenção. No entanto, apesar de todos os riscos, dessa circunstância surgem, também, oportunidades que trarão exigências que transbordam os limites institucionalizados do atual ensino superior, tais como:
 - 1.4. a. O conhecimento e a expertise existentes nas IES podem ser aproveitados para identificar, compreender e monitorar as transformações sociais, culturais e econômicas e buscar formas novas de atender às necessidades sociais e individuais;
 - 1.4. b. As IES podem propor novos e mais amplos objetivos além dos atuais e tradicionalmente vinculados a sua atuação, podendo assumir novas e mais amplas funções, muito além da profissionalização, nas áreas de formação superior, formação rápida, formação permanente, formação de professores, formação de pesquisadores, formação humanística, pesquisa básica e aplicada, pesquisa e desenvolvimento e desenvolvimento regional. Assim, a necessária revisão de

práticas docentes ou mesmo a inovação dessas práticas deve acompanhar a proposição de novos objetivos;

- 1.4. c. Um profissional de nível superior deve ser detentor de uma experiência peculiar e de alto valor que não pode ser obtida em outros tipos de formação. Nesse sentido, a educação superior deve distinguir-se dos formados em cursos técnicos ou dos cursos de treinamento ministrado diretamente por organizações pela sua capacidade de analisar, julgar, projetar, prever, antever e gerir.

Esse conjunto de capacidades deriva de uma sólida formação científica, filosófico-humanista e tecnológica, de caráter multidisciplinar, capaz de dar suporte tanto ao desempenho normal das atividades profissionais quanto à reflexão crítica e criativa sobre os fundamentos, diretrizes e procedimentos dessas atividades, bem como seu impacto sobre os valores simbólico-culturais. Daí derivam, também, outras possibilidades de atuação para as IES, no sentido de propor possíveis direcionamentos para o futuro em todas as áreas do desenvolvimento humano, prospectando, identificando e explorando novas possibilidades de profissões, tecnologias, conhecimentos científicos, negócios, correntes culturais, padrões organizacionais, entre outras, que contribuam para a conservação e melhoria da vida humana, em suas dimensões biológica, econômica, social, cultural e espiritual.

Ciência, tecnologia, artes e todas as formas superiores do pensamento humano são elementos indispensáveis para a construção de rotas de desenvolvimento que proporcionem à sociedade brasileira um futuro pacífico e sustentável, moldado sob a medida dos valores democráticos. As IES têm uma contribuição insubstituível nessa construção. Porém, para que as IES estejam em sintonia com o momento de transformação mundial, é primordial que se reconstrua um ambiente institucional e organizacional (notadamente órgãos de governo e regulação), em âmbito nacional, que provoque e possibilite a sua evolução ao longo do território e para toda a sociedade. É a partir desse prisma que o presente texto segue apresentando diagnósticos, propondo reflexões e destacando a necessidade de que na educação superior brasileira novos caminhos sejam percorridos. Ao constatar a velocidade das mudanças globais, o texto defende a urgência de uma política para a graduação nacional que se constitua fator decisivo para o desenvolvimento do país e estratégico para enfrentar a desigualdade e possibilitar que o Brasil alcance a competitividade.

2. UM NOVO MODELO DE INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

O modelo da Universidade Brasileira, que inspira atualmente as instituições de educação superior em funcionamento no país, com seus diversos portes e formas de gestão e organização, apresenta limitações e defasagens em face das atuais demandas e necessidades da sociedade. Traçada uma linha de tempo, poderíamos verificar que estamos “parados” na Reforma Universitária de 1968. A conturbada história da Educação Superior no Brasil, iniciada oficialmente em 1808, é caracterizada pela lentidão e insucesso. Entramos no século XX não tendo sequer uma Universidade e levamos mais trinta anos para criar, no Distrito Federal, hoje cidade do Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil – em 1929.

Com poucas iniciativas no país, e numa conjuntura social ainda mais caótica, chegamos na chamada Reforma Universitária de 1968, com as duas bases que caracterizam a Reforma: (a) a indissociabilidade entre ensino e pesquisa e (b) a institucionalização da pós-graduação. À Universidade foi atribuída uma nova função: contribuir decisivamente para a construção de um país desenvolvido e tecnologicamente autônomo. Hoje, vários fatores demonstram que o modelo instituído pela Reforma não atingiu o êxito desejado. De fato, ele fixou uma “forma” que se tornou cada vez mais difícil de atingir, ainda mais “asfixiada” pelo modelo regulatório que introduziu.

O sistema regulatório em vigência no país afronta o princípio de respeito à diversidade e nega a flexibilidade necessária para o atendimento das demandas locais e regionais à medida que exige, de forma linear e arbitrária, o mesmo conjunto de requisitos de todas as IES, independentemente de sua organização administrativa, número de alunos, inserção social e localização federativa, entre outros aspectos. Os atuais modelos de gestão, seja o público ou o privado, estão enrijecidos por falta de “autonomia” plena, no caso das IES públicas, ou pela regulação burocrática e um mercado desregulado, no caso das IES privadas.

São conhecidas as críticas relacionadas à falta de reconhecimento da diversidade do sistema, da linearidade dos requisitos regulatórios, da incompreensão das categorias administrativas das IES, da adequação dos requisitos para atingir as categorias de Universidade ou Centro Universitário, dos processos de credenciamento e credenciamento, a troca da avaliação pela regulação, entre vários outros aspectos. Por

isso, não temos intenção de retomá-las e só as recordamos para trazer compreensão às proposições que serão apresentadas a seguir:

2. 1. Repensar o Sistema Nacional de Educação Superior, em seus vários aspectos, exige a criação de um novo “ecossistema”¹ centrado nos desafios que os estudantes enfrentarão como profissionais, e não somente nos desafios vividos pelas instituições. Tal ponto de vista promoveria reorganizações na forma de ofertar cursos e conteúdos, títulos e formas de certificações, assim como o sistema de regulação e de avaliação;
2. 2. Promover flexibilidade e autonomia nas formas de gestão e organização das IES possibilitaria desenvolver modelos institucionais com maior capacidade de atender às demandas em ocasiões específicas;
2. 3. Avaliar e valorizar a efetiva integração das IES com o entorno regional, possibilitando uma maior contribuição destas para o desenvolvimento do país. Em consonância com o cenário global, se constitui como passo necessário da educação superior para o engajamento profissional dos estudantes a valorização das características histórico-culturais locais e o desenvolvimento social e econômico desejado;
2. 4. Instituir instância de certificação para cursos (no âmbito da educação superior) oferecidos por novos provedores de conteúdo não tradicionais que atualmente ensinam e também certificam;

Ficou e fica claro em todos os debates e discussões que o modelo universitário em vigência é alimentado pelo modelo regulatório adotado no país. Repensar e permitir flexibilidades na forma de organização das instituições depende diretamente de “reinventar” o sistema de regulação e de avaliação – temáticas que serão tratadas separadamente na sequência deste texto.

¹ Termo utilizado pelo Prof. Simon no 2º encontro do Ciclo de Debates PNG/CRUB, realizado em 14/09/2021.

3. DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

A docência universitária é um campo profissional complexo, desafiador e motivador. Os profissionais da docência universitária estão desafiados com as novas oportunidades e expectativas com o ensino, com a pesquisa e com a extensão. Portanto, as suas práticas pedagógicas devem estar em constante aperfeiçoamento considerando que o ambiente sociocultural redefine o perfil dos estudantes e traz novos desafios pedagógicos com reflexos diretos na formação humana e profissional do estudante. É fato que a velocidade das mudanças nos contextos econômico, político e cultural modificam e definem as demandas da sociedade, o que acaba por refletir no perfil dos ingressantes e nas suas expectativas e ansiedades com relação ao seu futuro profissional. Essas mudanças colocadas para o trabalho docente provocam grande impacto na carreira e nas práticas pedagógicas dos professores da educação superior e têm causado angústias em relação ao seu desenvolvimento humano, à sua realização pessoal e, sobretudo, à valorização e ao reconhecimento profissional pela sociedade. Isso exige das Instituições uma contrapartida que vá além do cumprimento do plano de cargos e carreiras. Faz-se necessária, por parte das IES, a implementação de programas de atualização do docente em diversidades metodológicas e o seu aprimoramento no uso de tecnologias educacionais inovadoras, para que ele se compreenda como um dos principais agentes do processo de inovação da educação superior e não mero espectador, o que pode se converter em insatisfação e frustração profissional por não ter sido proporcionado a ele as condições necessárias para o acompanhamento efetivo da dinâmica da inovação.

Do docente do ensino superior é exigido que esteja sempre atualizado e comprometido com o projeto pedagógico institucional, condição para que seja capaz de articular os processos de ensino, pesquisa e extensão ao ambiente no qual a IES está inserida. Para dar conta de tais exigências e, ao mesmo tempo, atender às expectativas geradas pelo avanço do conhecimento, é necessário que ele invista na própria formação continuada. Tal realidade revela, de saída, que a preparação para a docência vai muito além do que se aprendeu com o mestrado e o doutorado. Frisamos, como no parágrafo anterior, que cada vez mais é solicitado ao docente uma formação complementar, contínua e atualizada, para além da daquela recebida nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, de modo que ele tenha condições de formar um egresso competente, do ponto de vista ético e profissional, para atuar como agente inovador e transformador da realidade

do seu país, em especial do seu contexto socioeconômico regional. Diante desse cenário tão complexo e exigente, a carreira e a pedagogia da educação superior estão desafiadas a inovar, com ações que integrem o contexto da sociedade, a motivação e a responsabilidade da docência, processos pedagógicos eficientes e de qualidade para a sociedade.

Reorganizar a atividade docente é uma exigência dos processos de mudança pelos quais passa a graduação na contemporaneidade. Nesse sentido, também se exige das IES que operem mudanças nas políticas de formação, seleção, incorporação e qualificação do docente do ensino superior. Projetos de formação inicial e continuada podem ser estimulados a partir de ações de inovação cooperativa nas quais a principal ideia é de que “tornar-se professor” é uma responsabilidade compartilhada, ou seja, aquelas atividades que estimulem reflexões individuais e coletivas sobre a prática docente. Portanto, são estratégias importantes:

3. 1. Grupos de autoformação que sejam assessorados por profissionais mais experientes e com formação pedagógica;
3. 2. Composição de redes para trocas de experiências inovadoras e formadoras;
3. 3. implementação de programas de mobilidade, licenças de estudo ou anos sabáticos para a atualização docente;
3. 4. Políticas dirigidas à produção e ao intercâmbio de materiais e recursos didáticos;
3. 5. Criação de unidade de formação de professores e apoio à inovação docente;
3. 6. Valorização da evolução ocupacional daqueles docentes que promovam efetivo aprendizado dos estudantes, incluindo-se como indicador nos processos de autoavaliação institucional;
3. 7. Revisão da forma de contratação de professores (concursos, processos seletivos, entre outros) para que o foco seja as competências didático-pedagógicas e não apenas as detitulação
3. 8. Desenvolvimento institucional de programas de formação continuada aos docentes.

Compreendemos, por óbvio, que as atividades de formação continuada devem ser avaliadas e poderiam se constituir importante fonte de informação para as agências de avaliação da qualidade do ensino superior.

4. ENGAJAMENTO ESTUDANTIL: A GRADUAÇÃO CENTRADA NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES

Muito se tem discutido sobre a mudança que a graduação precisa fazer, abandonando práticas rígidas de transmissão de conteúdos e buscando aprendizagens profundas e complexas que permitam colocar a interação entre docentes e estudantes, bem como a apropriação e construção de conhecimentos no centro de todas as atividades da vida universitária. Para que as IES possam se tornar instituições que desenvolvam conhecimento rigoroso, útil, crítico e criativo, implicando todos os seus membros (docentes, estudantes, gestores, sociedade etc.) em processos ricos e complexos de investigação, interação e aplicação, faz-se necessário aprender a elaborar conhecimento novo para o indivíduo e para o coletivo. Nesses processos, o foco da formação é o de promover o desenvolvimento do indivíduo para que este se reconheça partícipe de um coletivo, visando a melhoria da vida familiar, da sua profissão e do país.

Dado o estágio atual no qual as informações são diversas e dispersas por uma multiplicidade de atores, a aprendizagem torna-se uma atividade complexa, o que exige uma IES que se destaque entre os demais atores e que ensine também de modo complexo. O futuro incerto requer mentes flexíveis com capacidade de fazer brotar o novo, isto é, criar, ter iniciativa e, principalmente, lidar com os erros, as ilusões e as incertezas. Nesse sentido, é preciso apoiar processos nos quais docentes e estudantes possam desenvolver competências para aprender, investigar, produzir e compartilhar conhecimentos.

É preciso esclarecer que compreendemos conhecimento como a capacidade de lidar com dados, conceitos, proposições, métodos, modelos, esquemas e teorias que permitem a apropriação e transformação da herança cultural produzida historicamente pela humanidade, sem que isso signifique acumulação ou repetição passiva e mecânica de dados e informações. Ressalta-se que um dos principais desafios do ensino de graduação é transformar informação em conhecimento e isso significa despertar a percepção estudantil para que se compreenda a necessidade de transpor as barreiras da heteronomia das opiniões para conquistar a autonomia intelectual do saber, cultivando valores e ética.

Para isso, é preciso mudar não somente as concepções e as metodologias, mas também os ambientes de aprendizagem e a docência na educação superior. Espaços

como bibliotecas, laboratórios, salas de aula e outros mais precisam de novos ethos. Se faz necessária a transição de um modelo de educação superior limitada a cumprir exigências do sistema de avaliação/regulação para um composto de ambientes que favoreçam o estabelecimento de redes de interações, dialógicas intersubjetivas, para buscar, selecionar e utilizar inesgotáveis volumes de dados que permitam construir hipóteses, desenvolver projetos, criar produtos, soluções, esquemas, entre outros. A docência na educação superior também adquire novas expressões, enquanto mediadora da criação desses ambientes ecológicos e no processo de desenvolvimento das redes interativas – e será objeto de novas reflexões ao longo deste texto.

O termo “engagement” vem sendo utilizado na educação superior na “perspectiva de identificar fatores de permanência e êxito na formação universitária, buscando características que denotem o envolvimento do estudante em suas experiências de aprendizagem” (KAMPFF, 2018, p.86). Nessa visão, compreendemos, também, que as estratégias institucionais contribuem significativamente para que os estudantes encontrem motivações diversas para persistir em seus estudos e terem expectativas de desenvolvimento pessoal e profissional.

Historicamente, o Brasil tem na sua trajetória da educação superior períodos de investimentos importantes nas políticas voltadas a esse nível educacional, com a ampliação da rede de IES, o aumento da quantidade de cursos de graduação e de pós-graduação e a interiorização da oferta do serviço. Diversas ações de criação de universidades e de faculdades ocorreram nos anos de 1950, com atitudes diversificadas, o que caracterizou a implantação de instituições de educação superior denominadas por instituições federais, instituições estaduais e instituições comunitárias. Mais recentemente, as instituições de educação superior de natureza privada somaram quanto a isso e contribuíram para que as políticas brasileiras de oferta de cursos de graduação e de pós-graduação fossem caracterizadas por ações públicas, comunitárias e privadas.

Essa diversificação na matriz de políticas de oferta de cursos e instituições de ensino superior é um fator importante para o país, considerado o seu extenso território nacional, a pluralidade de realidades e a diversificada matriz econômica e cultural. Embora as políticas de acesso à educação superior no Brasil tenham sofrido grandes evoluções nas últimas décadas, principalmente se considerados aspectos sociais como critério ao acesso, estas não têm alcançado melhorias importantes em relação à permanência e conclusão da formação dos estudantes. Essencialmente, as políticas atuais se restringem

em financiar mensalidades com gratuidades nas vagas e empregar critérios sociais para o acesso a essas vagas.

É fato que a permanência de um estudante na educação superior requer muitos outros fatores, em muitas situações esses são tão ou mais importantes do que a gratuidade da vaga. O êxodo de um estudante da sua região de origem na busca da oportunidade de uma vaga na educação superior gera consequências importantes e decisivas em sua vida com impacto na sua permanência, principalmente em razão do longo período exigido neste nível de formação. De modo semelhante, mesmo que não tenha ocorrido tal êxodo, as questões sociais e culturais do âmbito do indivíduo influenciam como fatores para além da gratuidade das mensalidades. Para além disso, existem ainda outras condições indispensáveis à sua perseverança, tais como a determinação do corpo docente para a utilização de metodologias inovadoras e as disposições adequadas dos ambientes de aprendizagem nos quais ocorre a formação do estudante – questões que problematizamos neste texto. O conjunto desses fatores reflete tanto na motivação do indivíduo para almejar o acesso ao ensino superior, quanto na sua decisão de permanência, porque ele conceberá este nível de ensino como um caminho incontornável que conduz ao futuro.

Com efeito, o engajamento do estudante com o processo da sua formação em nível de graduação requer as condições necessárias e suficientes para que ele se torne um aliado comprometido com os fins da educação superior e não um simples cliente ou usuário. Portanto, tal engajamento está intimamente relacionado com a sua motivação para o acesso e posterior decisão para a permanência, mas requer da IES as condições objetivas para que possa perceber que o sucesso em todas as etapas do processo de formação é, também, uma resposta afirmativa ao seu engajamento.

Na ótica do engajamento estudantil, não se prescinde das políticas que possibilitem o acesso ao ensino superior. A maior parte delas ligadas às questões de financiamento, do número de vagas e à articulação com a Educação Básica, em especial com o Ensino Médio. No entanto, a permanência e o sucesso (ou conclusão do curso) dependem, fundamentalmente, das condições favoráveis ao desenvolvimento humano e intelectual que o estudante encontra na IES, que devem proporcionar aprendizagens significativas e relevantes, seja no âmbito pessoal ou profissional. Desta forma, propõe-se:

4. 1. O acompanhamento dos dados de evasão do censo da educação superior e a investigação sistemática de suas causas mais recorrentes para subsidiar política(s) de permanência;
4. 2. A elaboração e implementação de políticas que tenham por objeto e objetivo a redução da evasão, possibilitando que as IES tenham tais iniciativas valorizadas nos processos de avaliação;
4. 3. A elaboração de indicadores de avaliação da qualidade dos cursos de graduação que expressem políticas implementadas para o acesso, permanência e sucesso dos acadêmicos, com especial atenção àquelas que possibilitam a manutenção dos estudantes no ambiente universitário;
4. 4. A valorização curricular de atividades e práticas de engajamento estudantil no espaço das IES.

5. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Tratar de questões relacionadas ao financiamento da Educação Superior é uma das ações mais complexas e das mais desafiadoras para as mudanças que se propõe para a graduação. O “modelo trifonte”², atualmente observado no país, demonstra que a sociedade financia a educação por três caminhos:

- Gratuidade completa;
- Gratuidade para alguns estudantes de baixa renda;
- Empréstimo para estudantes de baixa renda.

A distribuição desses recursos utiliza como principais instrumentos: a alocação de recursos públicos para a manutenção das IES públicas; o Programa Universidade para Todos (Prouni); o Financiamento Estudantil (FIES) e as bolsas Cebas (Certificação de IES Filantrópicas), além de recursos próprios das IES e alguns programas específicos criados em âmbito estadual ou municipal. Apesar da ampliação de recursos envolvidos nos últimos anos, também se observa que, apesar da ampliação significativa de estudantes, ainda temos sérios problemas na distribuição desses recursos e os segmentos mais desfavorecidos são exatamente os estudantes oriundos das camadas mais próximas da base da pirâmide socioeconômica.

Dados do MEC/INEP³ e outras instituições (BRASIL, 2018) demonstram que as políticas de financiamento têm constituído a base fundante para o acesso à educação superior nos diferentes grupos de IES e diante das variadas realidades brasileiras. Mas o financiamento também impacta na capacidade de produção de conhecimentos e na sua ainda incipiente aplicação nos setores da sociedade. Assim, o tema do financiamento da educação superior está no centro da agenda das IES e deve ser igualmente relevante às políticas nacionais. No âmbito deste texto, propomos:

5. 1. Estudos que viabilizem a criação e implementação de um novo programa de financiamento da educação superior que considere aspectos tais como:

² Termo utilizado pelo Sr. Ricardo Chaves de Rezende Martins, no 3º encontro do Ciclo de Debates PNG/CRUB em 19/10/2021.

³ Referimo-nos a vários documentos, como os do Censo da Educação Superior e outros estudos específicos sobre o tema publicados pelo MEC/INEP – citados nas Referências finais.

- a. A necessidade de políticas de equidade para o acesso e sucesso escolar dos estudantes das diferentes IES – públicas, comunitárias e privadas;
 - b. Identificação adequada do público que necessita de concessão de bolsas, independentemente da IES que estuda, bem como o monitoramento da sua vida na educação superior e no ingresso no mercado de trabalho com vistas a fomentar constantes melhorias nas políticas de financiamento;
 - c. Identificação e ajustes no modelo de financiamento de modo a contemplar diferentes possibilidades de acordo com o padrão socioeconômico, ou seja, contingenciado pela renda familiar do estudante.
5. 2. Implementação de programas que reavaliem e considerem:
- a. Critérios de elegibilidade;
 - b. Critérios de sustentabilidade;
 - c. Priorização de cursos e programas de formação de interesse nacional.

É consenso, quando se trata das questões de financiamento do ensino superior, que as decisões passam por uma política de Estado que prioriza a educação e tem claro o futuro que deseja para o país e para os seus cidadãos.

6. REGULAÇÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A regulação da Educação Superior, expressa na Lei do Sinaes e normativas complementares, serve como mecanismo de controle do Estado e objetiva assegurar as condições de existência de um sistema de educação de boa qualidade, a fim de que seja consolidado como um serviço público. Contudo, os procedimentos de avaliação adotados pelo MEC/INEP acabaram entrando em conflito com os procedimentos participativos que a avaliação preconiza.

Nesses quase vinte anos de implantação do Sinaes, a proposta inicial de uma dinâmica entre os três componentes – Avaliação das IES (Avalies), Avaliação dos cursos de Graduação (ACG) e Exame de desempenho dos estudantes (Enade) – não ocorreu da maneira idealizada. O Enade se transformou no principal componente de avaliação e os índices derivados dos seus resultados, como o Conceito Preliminar de Cursos (CPC), tornaram-se os únicos critérios utilizados de forma automática nos processos regulatórios de renovação de reconhecimento de curso, o que fez com que a ACG se limitasse aos processos de autorização (para as IES sem autonomia) e de reconhecimento. Em relação às renovações de reconhecimento, a avaliação in loco quando o curso não participa do Enade ou obteve resultado insatisfatório no CPC. Quanto à Avalies, sua relação com os outros dois componentes é fraca ou inexistente.

A relação entre Avalies e ACG se resume a um único indicador que trata da inserção da IES no cenário socioeconômico regional, a ser elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) para apreciação da comissão de avaliação externa na ACG. Não ocorre relação direta entre Avalies e Enade e nem a Avalies é considerada de alguma forma na construção dos índices de regulação CPC e Índice Geral de Cursos (IGC). A centralidade do Enade também se explica devido às suas dimensões. Enquanto o universo dos componentes Avalies e da ACG referem-se às IES e seus cursos de graduação, o Enade trabalha com centenas de milhares de estudantes concluintes.

Em síntese, o que se observa é que há um visível descompasso entre o que é exigido às IES e aos cursos nos estreitos caminhos de um paradigma de avaliação que se rendeu ao modelo de regulação e supervisão, quantitativo e cartorial, e a urgente necessidade de maior autonomia para a graduação, de modo que ela esteja aberta para o amanhã e se deixe envolver, por um lado, pelo avanço vertiginoso do desenvolvimento tecnológico, que se despede do passado e se lança para o futuro sem sequer dar adeus

ao presente, e, por outro, pela inadiável necessidade de se comprometer com a formação daqueles grupos que ficaram à margem do desenvolvimento e necessitam que a educação realize uma das suas mais nobres missões: ser a protagonista do processo de inclusão social e desenvolvimento humano.

Para orientar o debate em torno dos possíveis caminhos que poderiam ser percorridos em vista de conceber uma ideia de avaliação da graduação que leve em conta não as injunções regulatórias e de supervisão, mas que aponte saídas para o efetivo encontro da graduação com as reais demandas da sociedade, é necessário destacar alguns dos principais temas ou problemas observados no Sinaes:

- O Sinaes, na forma como vem sendo operacionalizado, não atende aos princípios originalmente estabelecidos, nem atinge os objetivos inicialmente traçados para o Sistema;
- O Sinaes perdeu seu caráter sistêmico à medida que passou a realizar inspeções isoladas de cursos e de IES e não promoveu uma relação de complementaridade ou interação entre os diversos conceitos que resultam das ACG, Avalies e do Enade, tornando-se um modelo de avaliação fragmentado, não indutor de qualidade dos cursos e das IES;
- Na relação entre os componentes do Sistema, um deles sendo o Enade, se torna por si a principal fonte de indicadores para a regulação, subordinando as ACG e as Avalies ao próprio Enade;
- A centralidade normativa do Enade distorce o caráter formativo do sistema de avaliação, subordinando-o aos processos de regulação e supervisão;
- A utilização do CPC como indicador principal para a regulação dos cursos pressupõe:
 - a. que o desempenho dos estudantes tem relação direta (e linear) com a titulação e o regime de trabalho do corpo docente e com a percepção dos alunos quanto à presença de equipamentos para aulas práticas e completude dos planos de ensino;
 - b. que essa relação é homogênea para o universo da Educação Superior brasileira, independentemente da área do curso, da região em que a IES está localizada, bem como de sua organização acadêmica ou categoria administrativa. Tais pressupostos não são sustentados por diversos estudos

realizados. (LACERDA & FERRI, 2015; LACERDA et al., 2016; LACERDA & FERRI, 2017);

- c. que os principais resultados esperados da educação superior, como a transformação da realidade local, regional e da vida do estudante em formação, não têm relevância na prática regulatória.
- o IGC tem sido usado como índice para premiação ou punição das IES, regulando e cerceando o exercício da autonomia universitária, preconizado no art. 53 da LDB.

Diante de tantos desafios e considerando esta uma questão crucial para possibilitar inovações na graduação brasileira, propomos que:

6. 1. Sejam feitos estudos que atualizem os instrumentos e critérios regulatórios, desfazendo conflito avaliação versus regulação, atualmente existente no Sinaes. É preciso superar o “modelo do isomorfismo coercitivo”⁴;
6. 2. O sistema de avaliação, mantido com ênfase no desempenho dos estudantes, com o Enade, seja revisto e ampliado para possibilitar a formação do perfil de egresso que se deseja para uma sociedade em constante transformação, sendo observada a ampliação e o uso do repertório apropriado durante o curso para a resolução de problemas reais;
6. 3. A avaliação das IES seja fundamentada em princípios de acreditação (autoavaliação e avaliação por pares e em instrumentos e insumos amplamente discutidos e transparentes);
6. 4. A revisão de mecanismos como Núcleos Docentes Estruturantes (ndes) e Comissões Próprias de Avaliação (cpas) para que estas exerçam efetivamente o papel de individualizar para os diferentes contextos os princípios e instrumentos de avaliação;
6. 5. Possibilitar a participação de egressos e parcerias com as associações de classe nos instrumentos de avaliação de desempenho dos estudantes.

A defesa de um sistema que se fundamente em princípios de autoavaliação centram-se na identificação da fragilidade dos mecanismos de avaliação externa

⁴ Expressão utilizada pelo Prof. Jorge Audy no encontro do Ciclo de Debates/ PNG-CRUB referindo-se à avaliação das IES em 16/11/2021.

atualmente vigentes, mas, principalmente, na importância que deve ser dada aos usos dos resultados durante o processo de avaliação institucional. Certamente, os resultados trazem informações para o planejamento estratégico da IES, mas o processo de avaliar coloca a comunidade acadêmica num processo de reflexão e conscientização sobre os principais obstáculos e dificuldades, apoiando procedimentos de superação e melhorias.

Processos indutores de qualidade têm a possibilidade de aliar todas as dimensões e dar coerência às políticas institucionais. Dessa forma, o projeto acadêmico articula graduação, pesquisa, extensão, inserção social, internacionalização e outros objetivos determinados pelo Projeto de Desenvolvimento Institucional da IES. Desse modo, o desempenho dos estudantes pode e deve ser avaliado e continuamente acompanhado e revisto. Ressaltamos que nossa crítica ao atual modelo é feita no sentido de permitir que este seja superado, aprimorado e tornado coerente com as demandas atuais do ensino de graduação.

7. RELAÇÃO IES (UNIVERSIDADE) E EMPRESAS (MUNDO DO TRABALHO)

As transformações sociais e nos modos de produção são uma constante na história humana. No entanto, a “velocidade” com que estas ocorrem atualmente causam expressivas e exponenciais mudanças no atual modo de viver e atuar em sociedade. As instituições de educação superior também vivem processos de mudança. O que se observa é que talvez nem todas as IES conseguem acompanhar o processo com a mesma intensidade e velocidade. No entanto, não se pode negar ou deixar de refletir que as IES formam profissionais para um mundo no qual o conjunto de tecnologias se expande rapidamente e com forte impacto no futuro da humanidade.

Nesse sentido, a relação com o trabalho também é intensa. Muitos estudos têm demonstrado que a maioria dos jovens que estão atualmente na Educação Básica vão trabalhar em funções que sequer sabemos nominar. Por isso, a formação no Ensino Superior adquire a urgente necessidade de formar profissionais inovadores e flexíveis para lidar com um mundo do trabalho em constante transformação.

“Inovação é concebida como a efetiva aplicação, gerando valor agregado, de novas ideias, em um determinado contexto, que não necessariamente envolve tecnologia, mas sempre envolve criatividade, em qualquer área do conhecimento”⁵. Nessa perspectiva, não se pode mais conceber que as IES se mantenham em modelos fechados e sem atuação efetiva no desenvolvimento econômico, cultural e social da sociedade na qual está inserida.

Salienta-se que a inovação não pode ser “aditiva”, ou seja, mais um eixo da universidade ao lado da pesquisa, ensino, extensão. A inovação precisa ser a expressão do ensino, da pesquisa e da extensão.

Baseando-se no exposto, propõe-se que as IES busquem:

- Assumir seu papel efetivo como ecossistemas de inovação institucional e local;
- Desenvolver mecanismos de formação empreendedora;
- Criar mecanismos de interação com empresas e instituições a partir das atividades de ensino e pesquisa;
- Criem ambientes de inovação institucional e núcleos de proteção e transferência de tecnologias e conhecimento;

⁵ Conceito expresso pelo Prof. Jorge Audy no encontro do Ciclo de Debates/ PNG-CRUB em 13/11/2021.

- Possibilitem e ampliem mecanismos de financiamento de projetos e manutenção de laboratórios e afins.

Na atual composição e velocidade das mudanças, os espaços colaborativos entre as diferentes IES, as empresas e a sociedade em geral precisam ser articulados para garantir a formação integral dos estudantes de graduação. Por isso, no âmbito do PNG, propomos:

7. 1. A reorganização e implementação dos programas e fontes de financiamento a projetos de inovação, ciência e tecnologia desenvolvidos em e com as IES;
7. 2. A reformulação do sistema de avaliação das IES para incorporar instrumentos e critérios que permitam processos inovadores e criativos nos cursos de graduação e pós-graduação;
7. 3. O incentivo a programas que coloquem em articulação diferentes órgãos de representatividade social: indústria, empresas, IES e sociedade civil.
7. 4. A formulação de políticas públicas que estimulem a integração escola-empresa, como programas de residência profissional, de extensão e de pesquisa aplicada.

REFERÊNCIAS

ARBIX, G. Chave está nas pessoas não na tecnologia. Estadão, São Paulo, 19 jan. 2020. Disponível em: https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,chave-esta-nas-pessoas-nao-na-tecnologia,1069359?utm_source=pocket_mylist. Acesso em: 27 fev. 2022.

BRANCHI, T. M.; CARRASCO, C. S. A influência do mundo vucana contabilidade e nos modelos de negócios no Brasil. *Brazilian Journal of Development*, v.5, n. 1, p. 309-322, 2019.

BRASIL. Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 2 ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Financiamento da educação superior no Brasil: impasses e perspectivas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

CASCIO, J. A educação em um mundo cada vez mais caótico. *Boletim Técnico do Senac*, 14 set. 2021. v. 47, n. 1, p. 101-105. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/879>. Acesso em: 27 fev. 2022.

DEMO, P. Saber pensar. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INEP. *Censo da Educação Superior*. Brasília: INEP, 2019.

KAMPFF, A. J. C. Engagemnt e percursos formativos na docência do ensino superior. In: ZABALZA, M. G.; MENTGES, M.; VITÓRIA, M. I. C. (orgs). *Engagemnt na educação Superior*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

LACERDA, L. L. V. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Sistema de avaliação ou exame de desempenho?* Curitiba: Appris, 2019.

LACERDA, L. L. V.; FERRI, C. Relações entre indicadores de qualidade de ensino e desempenho de estudantes dos cursos de Pedagogia do Brasil no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, [S. l.] v. 96, p. 129-145, abr. 2015.

LACERDA, L. L. V.; FERRI, C. ; DUARTE, B. K. C. SINAES: avaliação, accountability edesempenho. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 975-992, nov. 2016.

LACERDA, L. L. V.; FERRI, C. Conceito preliminar de curso: conceito único para uma realidade educacional múltipla. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 28, n. 69, p. 748-772, 2017.

MANYIKA, J. et al. What the future of work will mean for jobs, skills, and wages: Jobs lost, jobs gained. McKinsey & Company, [S. l], 28 nov. 2017. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/future-of-work/jobs-lost-jobs-gained-what-the-future-of-work-will-mean-for-jobs-skills-and-wages>. Acesso em: 27 fev. 2022.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, 2009. v. 30, n. 106, p. 15–35. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

OCDE. *Education at a glance 2020*. Paris: OCDE, 2020. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/7adde83a-fr/index.html?itemId=/content/publication/7adde83a-fr>. Acesso em: 17/07/2021

SCHWAB, K. *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro, 2016.